



Ofício **GP/DL/0232/2019**

Florianópolis, 8 de maio de 2019

Excelentíssimo Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Junto-se ao processado do
PLS
nº 369, de 2015.
Em 11/10/19.

Adriana Zaban
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia das Moções aprovadas na Sessão Plenária do dia 7 do corrente mês, abaixo relacionadas:

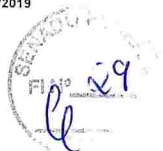
MOC/0200.0/2019 - Deputado Fernando Krelling - Apelando pela aprovação do PLS nº 369/15, que torna obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de técnico profissional de futebol.

MOC/0210.1/2019 - Deputada Paulinha - Apelando pela revogação do Decreto nº 9.741/19, com o fim de evitar o congelamento do repasse de recursos à educação pública.

MOC/0212.3/2019 - Deputada Luciane Carminatti - Manifestando repúdio ao corte de recursos para a área da educação que foi anunciado pelo Governo Federal.

Atenciosamente,


Deputado **JULIO GARCIA**
Presidente





EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Mat. nº. 2115 8 - 7/5/19

MOC/0200.0/2019

MOÇÃO

APROVADO EM SESSÃO
de 07 05 /de 2019

PROVIDENCIE-SE

SECRETÁRIO

Apela ao Presidente do Senado Federal pela aprovação do PLS nº 369/2015, que torna obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de técnico profissional de futebol.

O signatário, com base no art. 196 do Regimento Interno deste Poder, considerando que:

- a Lei federal nº 8.650, de 20 de abril de 1993, disciplina as relações de trabalho do treinador profissional de futebol e estabelece que o seu exercício fique assegurado, preferencialmente, aos portadores de diploma expedido por escolas de educação física ou entidades análogas, reconhecidas na forma da lei;

- em 1º de setembro de 1996, foi aprovada e sancionada a Lei federal nº 9.696, que regulamenta a profissão de Educação Física e consolida ao educador físico a competência de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos na área de atividades físicas e de desporto;

- em 2013, foi apresentado no Senado Federal o Projeto de Lei nº 522, que pretendia ampliar as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revogar a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993; entretanto, o referido Projeto foi arquivado em 27 de dezembro de 2018;

- em 2015, foi apresentado, também, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 369, que "Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol";

- o referido Projeto de Lei nº 369/2015 reconhece a competência já consagrada pela Lei federal nº 9.696/98, condicionando o exercício da profissão de técnico profissional à necessidade do diploma expedido por escolas de educação física ou entidades análogas, reconhecidas na forma da lei, bem como possibilitando seu exercício aos profissionais que, até a data do início da vigência da Lei, tenham,





comprovadamente, exercido cargos ou funções de treinador de futebol por prazo não inferior a seis meses, como empregado ou autônomo, em clubes ou associações filiadas às ligas ou federações de futebol, em todo o território nacional;

- com tal medida, o legislador federal pretende qualificar a prestação do treinamento desportivo especializado, considerando as especificidades de atuação do profissional de educação física e de sua relação com o exercício da profissão de técnico profissional, a qual exige competências imprescindíveis e que vão muito além do estabelecimento de estratégias, experiências táticas e práticas da modalidade esportiva futebol;

- no dia 23 de abril de 2019, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal apreciou o PLS nº 369/2015, sob a relatoria do Senador Romário, que em seu parecer rejeitou-o no mérito, com fundamento no art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988, que garante o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, entendendo, nesse caso específico, não ter a profissão de técnico de futebol qualificação que deva ser criada por lei;

- o referido Relator e a Comissão de mérito no Senado Federal desapreciaram o já disposto pela Lei federal nº 9.696/98, no que compete às competências do profissional de educação física;

- o parecer ao referido Projeto traz a frágil argumentação sobre a condição de reserva de mercado, em face do quantitativo de cerca de 450 mil profissionais de educação física registrados no Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e nos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), atuando em todo o território nacional, os quais possuem, em sua formação técnico-científica, metodológica e organizacional, amplos conhecimentos, entre os quais pedagogia do esporte, desenvolvimento humano, anatomia, bioquímica, fisiologia humana, treinamento esportivo, fisiologia do exercício, biomecânica, cinesiologia e psicologia do esporte, além de diversas modalidades esportivas, incluindo o futebol;

- o argumento utilizado pelo Relator da matéria na Comissão do Senado deve ser refutado e seu entendimento altamente discutido em relação ao fato de a reserva de mercado estar condicionada a ex-atletas profissionais de futebol que tenham interesse em seguir sua atividade profissional como técnicos de futebol;
e

- inúmeros são os significativos exemplos de treinadores de futebol que possuem, em sua formação técnica, a graduação em Educação Física, a exemplo de Luiz Felipe Scolari (Felipão), Carlos Alberto Parreira, Vanderlei Luxemburgo, Renê Simões, Paulo Autuori e Ney Franco,

requer o encaminhamento de **Moção** ao Presidente do Senado Federal, nos seguintes termos:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Mat. nº. 2115 P - 7/5/19





“A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do Deputado Fernando Krelling, apela a Vossa Excelência pela aprovação do PLS nº 369/2015, que torna obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de técnico profissional de futebol. Atenciosamente, Deputado Julio Garcia – Presidente”

Sala das Sessões,


Deputado Fernando Krelling

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Mat. nº. 2115 8 - 7 / 5 / 13





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 490/2019/PRESID

Brasília, 30 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Júlio Garcia

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 – Centro

88.020-900 Florianópolis/SC

Assunto: Moções 2000/2019, 2101/2019 e 2123/2019.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício GD/DL/0232/2019, de 8 de maio de 2019, dessa Presidência, pelo qual se encaminha legítima manifestação dessa Assembleia Legislativa, informo que cópia da Moção 2000/2019, pela aprovação do PLS nº 369/2015, que “Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol.”, foi encaminhada, para conhecimento, da Comissão de Assuntos Sociais, onde o relator da proposta é o Senador Romário.

Ainda, com referência às Moções 2101/2019 e 2123/2019, contrárias ao contingenciamento dos recursos constantes da Lei Orçamentária de 2019, no âmbito do Ministério da Educação, ressalto que toda crítica ou sugestão constitui pilar para o fortalecimento do processo democrático e que esta Casa Legislativa está empenhada no debate dos temas de interesse e em prol da sociedade brasileira.

Atenciosamente,

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

